

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

1 INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1 *Natureza Jurídica da entidade:*** Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, administração pública municipal, com personalidade jurídica, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sobre o número 83.102.285/0001-07.
- 1.2 *Domicílio:*** Estabelecido à Rua Dinamarca, 320, Bairro das Nações, município de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina. CEP 88.338-900.
- 1.3 *Natureza das operações e principais atividades da entidade:*** Regida pela Lei Orgânica do Município aprovada em 03 de abril de 1990, tem como objetivos fundamentais assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento local e regional, contribuir para o desenvolvimento estadual ou nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 1.4 *Declaração de conformidade:*** As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, observou ainda o elenco de contas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Portarias, Manual e IPC's da Secretaria do Tesouro Nacional, de forma parcial as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016 que dispõe sobre o cronograma de ações para

implementação de procedimentos contábeis patrimoniais que estão harmonizados com o Plano de Implantação de procedimentos Contábeis Patrimoniais aprovado pela Portaria STN n.º 548/2015.

1.5 Entidades consolidadas: As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Administração Direta e Indireta são compostas pelas seguintes entidades:

- a. Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú
- b. Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú
- c. Fundação Cultural de Balneário Camboriú
- d. Fundação Municipal de Esportes
- e. Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público
- f. Fundo Municipal de Assistência Social
- g. Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor
- h. Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente
- i. Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú
- j. Fundo Municipal de Saúde
- k. Fundo Municipal de Trânsito
- l. Fundo Municipal de Turismo
- m. Fundo Municipal do Bem-Estar Social
- n. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- o. Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú
- p. Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú

2 RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Políticas contábeis são os princípios, bases, convenções, regras e procedimentos específicos aplicados pela entidade na elaboração e na apresentação de demonstrações contábeis.

2.1 Base de mensuração utilizada: Os ativos e passivos integrantes do patrimônio público apresentados nas demonstrações contábeis tem por base o custo histórico das transações.

2.2 Novas normas e políticas contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, incluindo as orientações emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão este responsável pela padronização das contas em nível nacional. Estas demonstrações contábeis apresentam-se de acordo

com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

2.3 *Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:*

- 2.3.1 O prazo para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais está regido pelo Decreto Municipal n.º 8.380/2016.
- 2.3.2 A entidade registrou e evidenciou os créditos a receber, quando possível, seguindo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.3 A Dívida Ativa bem como sua movimentação, incluindo os respectivos ajustes para perdas, foram reconhecidos, mensurados, evidenciados durante o exercício, também de forma parcial.
- 2.3.4 O reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos incidentes sobre os mesmos foram registrados no decorrer do exercício, atendendo parcialmente o regime de competência.
- 2.3.5 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens imóveis e intangíveis foi realizado apenas pela EMASA. Nas outras entidades e unidades gestoras ainda não foi realizado e está previsto para o ano de 2020 conforme Decreto Municipal n.º 8.380/2016.
- 2.3.6 O registro de fenômenos econômicos, independente ou não da execução orçamentária, está previsto e em implantação de acordo com Decreto Municipal n.º 7.621/2014.
- 2.3.7 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura não foram normatizados pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2019.
- 2.3.8 A implementação do Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) não foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú até o encerramento do exercício de 2019.
- 2.3.9 A implantação de controle de estoque e almoxarifado foi normatizada pelo Município de Balneário Camboriú e as Unidades Gestoras Fundação Municipal de

Esporte e Câmara de Vereadores realizando os registros de entrada e saída de estoques e almoxarifados.

3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES DE SUPORTE

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações da Lei n.º 4.320/1964, parcialmente pelas demonstrações exigidas pela NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), e
- g) Notas Explicativas.

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei n.º 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

3.1 Balanço Orçamentário (Anexo 12)

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

3.1.1 O Quadro 1 apresenta as receitas e despesas previstas e atualizadas em confronto com as realizadas.

Quadro 1 – Receitas e despesas previstas e realizadas

	RECEITAS (1)	DESPESAS (2)
Prevista/Atualizada (a)	1.008.518.801,00	1.155.700.399,80
Realizada/Executada (b)	1.003.043.845,22	921.748.047,93
% Realizada/Executada (c) = (b/a)	99,46	79,76
RESULTADO (d) = (a) - (b)	-5.474.955,78	233.952.351,87

- 3.1.2 No exercício foram realizados **99,46%** (c1) das previsões de receita e **79,46%** (c2) do orçamento das despesas devidamente atualizados. O quadro demonstra ainda que o resultado orçamentário apurado no exercício foi superavitário na importância de **R\$ 81.295.797,29** (oitenta e um milhões, duzentos e noventa e cinco mil, setecentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos), resultante da diferença entre a execução orçamentária da receita em confronto com a execução orçamentária da despesa.
- 3.1.3 Durante o exercício, foram realizadas alterações orçamentárias, previstas na LOA ou autorizadas durante o exercício pelo Poder Legislativo por leis específicas, que modificaram os valores inicialmente previstos de despesas de **R\$ 938.025.801,00** (novecentos e trinta e oito milhões, vinte e cinco mil e oitocentos e um reais) para **R\$ 1.155.700.399,80** (um bilhão, cento e cinquenta e cinco milhões, setecentos mil, trezentos e noventa e nove reais e oitenta centavos), importando um aumento de **R\$ 217.674.598,80** (duzentos e dezessete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) oriundos de excesso de arrecadação e superávit financeiro em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei n.º 4.320/1964.
- 3.1.4 Do total de **R\$ 217.674.598,80** (duzentos e dezessete milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos) de créditos adicionais abertos, **R\$ 4.301.854,06** (quatro milhões, trezentos e um mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e seis centavos) foram abertos a título de créditos especiais e **R\$ 213.372.744,74** (duzentos e treze milhões, trezentos e setenta e dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) foram abertos a título de créditos suplementares. Não houve abertura de crédito extraordinário no exercício.

3.1.5 O saldo dos restos a pagar no exercício, segregados em “Não processados” e “Processados e não processados liquidados” é detalhado no Quadro 2.

Quadro 2 – Execução de restos a pagar

RESTOS A PAGAR	VALOR (R\$)
Não processados	5.083.357,00
Processados e não processados liquidados	511.517,89
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR	5.594.874,89

3.1.6 Os restos a pagar não processados que são liquidados no exercício, mas não pagos, são transferidos para o nível contábil “Restos a pagar processados a pagar” nos lançamentos de encerramento do exercício.

3.2 Balanço Financeiro (Anexo 13)

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.2.1 No exercício, foram deduzidos da receita bruta o montante de **R\$ 37.651.135,84** (trinta e sete milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) que assim, compõem uma receita bruta anual de **R\$ 1.040.694.981,06** (um bilhão, quarenta milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, novecentos e oitenta e um reais e seis centavos).

3.2.2 O Quadro 3 apresenta as receitas orçamentárias detalhadas conforme a especificação de recursos.

Quadro 3 – Receitas por fonte de recursos

	FONTE DE RECURSOS	BRUTO (R\$)	DEDUÇÃO (R\$)	LÍQUIDO (R\$)
0	Recursos Ordinários	284.132.240,49	- 404.586,93	283.727.653,56
1	Receitas e Transferências de Impostos - Educação	160.044.298,72	- 26.045.965,11	133.998.333,61
2	Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	133.073.867,71	- 257.499,63	132.816.368,08
3	Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS	149.743.279,59	- 8.952.921,17	140.790.358,42
5	Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	30.930.383,13	- 1.887.996,56	29.042.386,57
6	Recursos Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta e Fundos	106.805.029,25	- 98.528,38	106.706.500,87
7	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	121.839,30	-	121.839,30
8	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	11.171.534,53	- 945,47	11.170.589,06
9	FIA Imposto de Renda	123.274,52	-	123.274,52
10	Convênio de Trânsito - Militar	3.302,50	-	3.302,50
11	Convênio de Trânsito - Civil	27.252,27	-	27.252,27
12	Convênio de Trânsito - Prefeitura	20.479.629,79	- 459,69	20.479.170,10
18	Transferências do FUNDEB - Remuneração Professores	70.772.061,07	-	70.772.061,07
31	Transferências de Convênios - União/Assistência Social	272.047,42	-	272.047,42
33	Transferências de Convênios - União/Saúde	743.295,44	-	743.295,44
34	Transferências de Convênios - União/Outros	61.189,33	-	61.189,33
35	Transferências do SUAS/União	543.697,04	-	543.697,04
36	Salário-Educação	6.496.571,05	-	6.496.571,05
37	Outras Transferências do FNDE	1.529.591,69	-	1.529.591,69
38	Transferências do SUS/União	35.251.372,64	-	35.251.372,64
39	Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	694.329,41	-	694.329,41
50	Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019	2.326.270,23	-	2.326.270,23
63	Transferências de Convênios - Estado/Saúde	6.024,01	- 2.214,01	3.810,00

64	Transferências de Convênios - Estado/Outros	2.851,08	-	18,89	2.832,19
65	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	134.565,65		-	134.565,65
66	Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	110.983,78		-	110.983,78
67	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	3.625.235,56		-	3.625.235,56
75	Taxa de Administração RPPS	6.007.527,87		-	6.007.527,87
80	Outras Especificações	1,00		-	1,00
83	Operações de Crédito Internas - Outros Programas	10.034.720,93		-	10.034.720,93
88	Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	23.733,22		-	23.733,22
89	Alienações de Bens destinados a Outros Programas	708.608,23		-	708.608,23
95	Antecipação de Depósitos Judiciais	4.694.372,61		-	4.694.372,61
TOTAL		1.040.694.981,06	-37.651.135,84		1.003.043.845,22

3.2.3 Para o exercício do seguinte, ficam transferidos o total de **R\$ 817.664.373,76** (oitocentos e dezessete milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e setenta e seis centavos). Deste montante, **66,85%** estão em “Investimentos e aplicações temporárias”, sendo a maior parte deles aplicados pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú. O Quadro 4 apresenta o percentual da composição do saldo em espécie para o exercício seguinte.

Quadro 4 – Saldo financeiro para o exercício seguinte

NÍVEL CONTÁBIL	VALOR (R\$)	(%)
Caixa e Equivalente de caixa	270.234.254,22	33,05
Investimentos e aplicações temporárias	546.628.702,49	66,85
Depósitos restituíveis e valores vinculados	801.417,05	0,10
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	817.664.373,76	100,00

3.2.4 O valor apresentado no Quadro 4 não se confunde com o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial (Anexo 14). O total do saldo em espécie para o

exercício seguinte do Quadro 4 representa o saldo financeiro para o exercício seguinte desconsideradas as obrigações assumidas.

3.2.5 O Balanço Financeiro demonstra que no exercício foram inscritas obrigações a pagar para o exercício seguinte na ordem de **R\$ 77.962.366,84** (setenta e sete milhões, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) decorrentes da inscrição de "Restos a pagar processados" no valor de **R\$ 13.442.871,91** (treze milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos) (17,24%) e "Restos a pagar não processados" no valor de **R\$ 64.519.494,93** (sessenta e quatro milhões, quinhentos e dezenove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos) (82,76%).

3.2.6 As movimentações de transferências financeiras entre as entidades (Intra-OFSS) foram de **R\$ 255.290.633,08** (Duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e noventa mil, seiscentos e trinta e três reais e oito centavos).

3.3 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

Ativo Circulante

3.3.1 O valor em "Caixa e equivalente de caixa" no montante de **R\$ 270.234.254,22** (duzentos e setenta milhões, duzentos e trinta e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e vinte e dois centavos) representa 29,95% do total do Ativo Circulante e está segregado por entidade de acordo com Quadro 5.

Quadro 5 – Caixa e equivalente de caixa por entidade

ENTIDADES	VALOR (R\$)	(%)
Câmara de Vereadores de Balneário Camboriú	949.217,71	0,35
Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú	48.368.602,33	17,90
Fundação Cultural de Balneário Camboriú	301.992,71	0,11

Fundação Municipal de Esportes	848.251,48	0,31
Fundo Municipal de Assistência à Saúde do Servidor Público	18.559.180,10	6,87
Fundo Municipal de Assistência Social	2.606.865,64	0,96
Fundo Municipal de Defesa dos Direitos do Consumidor	2.513.037,36	0,93
Fundo Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente	886.166,94	0,33
Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú	1.738.189,32	0,64
Fundo Municipal de Saúde	30.891.615,49	11,43
Fundo Municipal de Trânsito	9.614.551,17	3,56
Fundo Municipal de Turismo	3.243.994,41	1,20
Fundo Municipal do Bem-Estar Social	547.597,24	0,20
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	328.892,25	0,12
Instituto Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú	30.576,98	0,01
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	148.805.523,09	55,07
TOTAL	270.234.254,22	100,00

3.3.2 O saldo a receber de a título de “Clientes” de **R\$ 17.293.296,19** (dezesete milhões, duzentos e noventa e três mil, duzentos e noventa e seis reais e dezenove centavos) decorre do registro por competência dos créditos a receber da Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú, dos quais **R\$ 225.032,69** (duzentos e vinte e cinco mil, trinta e dois reais e sessenta e nove centavos) são oriundos de operações Intra OFSS.

3.3.3 A “Dívida Ativa de Curto Prazo”, segregada em “Tributária” e “Não tributária” totaliza o montante de **R\$ 20.735.036,51** (vinte milhões, setecentos e trinta e cinco mil, trinta e seis reais e cinquenta e um centavos) e representa o valor estimado de arrecadação para esta categoria de crédito. O valor da dívida ativa foi devidamente atualizado e inscrito ao final do exercício, sendo este discriminado no grupo do ativo não circulante.

3.3.4 O saldo da conta “Demais créditos e valores a curto prazo” totalizam **R\$ 47.134.943,02** (quarenta e sete milhões, cento e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta e três reais e dois centavos). O saldo mais expressivo desta conta, representando **37,52%** do total contabilizado, são os valores registrados em “Créditos por danos ao patrimônio” que estão, estão em apuração de

responsabilidade junto a Secretaria de Controle Governamental e Transparência Pública, porém não foram reconhecidos e/ou identificados até o encerramento do balanço. Dentre os demais saldos, destacam-se os valores a receber no valor de R\$ 5.824.763,73 (cinco milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos) provenientes das operações Intra OFSS decorrentes da apropriação e reconhecimento por competência. Os valores contabilizados como adiantamentos concedidos a título de termo de colaboração/fomento, incentivos culturais e outros representam 27,72% e aguardam a análise dos setores competentes para as devidas contabilizações.

3.3.5 O valor de R\$ 546.633.512,49 (quinhentos e quarenta e seis milhões, seiscentos e trinta e três mil, quinhentos e doze reais e quarenta e nove centavos) registrado em “Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo” são, em sua maior parte, oriundos das aplicações financeiras específicas do Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Balneário Camboriú.

3.3.6 Apenas a Fundação Municipal de Esporte, no valor de R\$ 93.106,53 (noventa e três mil, cento e seis reais e cinquenta e três centavos), e a Câmara de Vereadores, no valor de R\$ 110.136,63 (cento e dez mil, cento e trinta e seis reais e sessenta e três centavos) realizaram registro contábil a título de “Estoques”. De acordo com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituído pelo Decreto Municipal n.º 8.380/2016, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques será obrigatório a partir do exercício de 2022.

Ativo Não Circulante

3.3.7 Os valores a título de dívida ativa foram movimentados parcialmente pelo regime de competência. Os créditos foram inscritos e atualizados no mês de dezembro de 2019, conforme relatório de inscrição e saldos repassado pelo setor responsável pela dívida ativa. Durante o exercício foram registrados os recebimentos por pagamentos (regime de caixa).

3.3.8 O total de “Créditos a longo prazo” é composto pelo estoque da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária, apurados em 31/12/2019, no montante de R\$ 648.288.302,95 (seiscentos e quarenta e oito milhões duzentos e oitenta e oito mil

trezentos e dois reais e noventa e cinco centavos) e ainda pelo valor redutor de “Ajuste para perdas de créditos”, no montante de R\$ 349.021.503,99 (trezentos e quarenta e nove milhões, vinte e um mil, quinhentos e três reais e noventa e nove centavos), apurando um valor líquido de R\$ 299.266.798,96 (duzentos e noventa e nove milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e noventa e seis centavos). O valor de “Ajuste de perdas de créditos a longo prazo” foi calculado de acordo com a média ponderada de recebimentos dos últimos três exercícios. O registro deste ajuste é realizado desde o exercício de 2014.

3.3.9 O valor de R\$ 6.422.426,95 (seis milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos) a título de “Demais créditos e valores a longo prazo” é composto por “Créditos por danos ao patrimônio proveniente de créditos administrativos” (9,08%), “Créditos por danos ao patrimônio apurados em tomada de contas especial” (1,56%), “Depósitos Judiciais” (82,07%) e “Outros créditos a receber e valores a longo prazo” (7,28%).

3.3.10 O saldo do ativo imobilizado no exercício é de R\$ 782.007.905,12 (setecentos e oitenta e dois milhões, sete mil, novecentos e cinco reais e doze centavos) conforme o Quadro 6. O método utilizado para cálculo da depreciação é o de quotas constantes, conforme definido pelo Decreto Municipal n.º 7.621/2014.

Quadro 6 – Composição do ativo imobilizado

BENS MÓVEIS (a)	86.936.480,25
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	38.917.050,78
Bens de informática	8.907.616,70
Móveis e utensílios	15.355.196,18
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	2.832.079,38
Veículos	18.384.363,87
Bens móveis em andamento	393.021,05
Armamentos	22.800,00
Semoventes	7.990,00
Demais bens móveis	2.116.362,29
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS (b)	24.512.767,79
BENS IMÓVEIS (c)	723.693.432,80
Bens de uso especial	497.013.721,46
Bens de Uso Comum do Povo	9.897.515,28

Bens imóveis em andamento	212.925.074,02
Instalações	2.166.009,33
Benfeitorias em propriedade de terceiros	692.087,07
Demais bens imóveis	999.025,64
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS (d)	4.109.240,14
SALDO DO ATIVO IMOBILIZADO (e) = (a+c)-(b+d)	782.007.905,12

3.3.11 O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos “Bens imóveis”, bem como sua depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável estão previstos para serem implementados em todas as unidades gestoras da prefeitura até o início do exercício de 2020 conforme prevê o Decreto Municipal n.º 8380/2016. No entanto, a Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA) e o Fundo Municipal de Prevenção Contra Sinistros de Balneário Camboriú (FUMPRESI) já realizam a depreciação dos bens imóveis.

3.3.12 Os bens a título de “Ativo intangível” estão em fase de estudos para posterior levantamento e avaliação conforme previsto no Decreto Municipal n.º 8.380/2016 a partir do exercício de 2020.

Passivo Circulante

3.3.13 O “Passivo circulante” demonstra as obrigações presentes do município totalizando um montante de **R\$ 178.825.170,10** (cento e setenta e oito milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, cento e setenta reais e dez centavos), sendo a sua maior parte composta por “Fornecedores e contas a pagar”, representando **70,95%** do total do “Passivo Circulante”, conforme detalhado no Quadro 7.

Quadro 7 – Composição do Passivo Circulante

NÍVEL CONTÁBIL	VALOR (R\$)	(%)
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	41.060.762,20	22,96
Empréstimos e financiamentos	2.665.684,79	1,49
Fornecedores e contas a pagar	126.868.270,75	70,95
Obrigações Fiscais	70.882,29	0,04

Demais obrigações	8.159.570,07	4,56
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	178.825.170,10	100,00

3.3.14 Durante o exercício, foram registradas as apropriações de férias, décimo terceiro salário e encargos sobre os mesmos em atendimento ao princípio da competência. No valor do passivo circulante estão inclusos os valores dos precatórios a pagar, nos próximos doze meses, no valor de **R\$ 66.631.021,96** (sessenta e seis milhões, seiscentos e trinta e um mil, vinte e um reais e noventa e seis centavos) e o valor de **52.195.558,79** (cinquenta e dois milhões cento e noventa e cinco mil quinhentos e cinquenta e oito reais e setenta e nove centavos) decorrente do acordo judicial autorizado mediante a Lei Municipal n.º 4.029/2017.

Passivo Não Circulante

3.3.15 O Quadro 8 apresenta os valores dos contratos de operações de crédito bem como o valor do acordo judicial autorizado pela Lei Municipal n.º 4.029/2017 que integram os níveis contábeis de “Empréstimos e financiamentos” e “Fornecedores e contas a pagar” a longo prazo.

Quadro 8 – Composição do Passivo Não Circulante

DESCRIÇÃO DO PASSIVO	VALOR (R\$)	(%)
CT 0242614-22	4.269.794,13	0,82
CT 0293582-13	2.182.426,04	0,42
CT 3490001-82	2.639.185,45	0,51
CT 0347114-03	3.698.080,08	0,71
CT 3391/OC-BR	920.495,37	0,18
CT 529440-28	7.546.704,74	1,45
Ypuã Administradora - Lei 4.029/2017	25.382.076,80	4,88
Provisões Matemáticas Previdenciárias	465.952.385,01	89,51
Depósitos Judiciais	7.963.040,68	1,53
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	520.554.188,30	100,00

3.3.16 Os valores lançados a título das “Provisões a longo prazo” referem-se às Provisões Matemáticas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social até a competência de **dezembro de 2018**.

3.3.17 Os valores lançados em “Demais obrigações a longo prazo” se referem à utilização dos depósitos judiciais para pagamento dos precatórios, por ordem cronológica, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina conforme Emenda Constitucional n.º 99/2015 e Lei Complementar n.º 151/2015.

Saldo Patrimonial

3.3.18 O “Resultado do exercício” foi apurado pelo “Demonstrativo das Variações Patrimoniais” (Anexo 15) apresentando um resultado positivo de R\$ 123.220.145,97 (cento e vinte e três milhões, duzentos e vinte mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos), que somados aos “Resultados de exercícios anteriores” e aos “Ajustes de exercícios anteriores” compõem o saldo dos “Resultados acumulados”.

3.3.19 A movimentação da conta de “Ajustes de exercícios anteriores” foi utilizada para corrigir valores de exercícios já encerrados no montante de R\$ 96.733,72 (noventa e seis mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e dois centavos), e correspondem a ajustes feitos na EMASA – Empresa Municipal de Água e Saneamento de Balneário Camboriú e na Fundação Municipal de Esportes.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

3.3.20 No exercício foi auferido um superávit financeiro no valor de R\$ 727.257.729,41 (setecentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos), resultante da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro.

Demonstrativo Superávit/Déficit do exercício

3.3.21 O Quadro 9 apresenta o superávit financeiro de R\$ 727.257.729,41 (setecentos e vinte e sete milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e quarenta e um centavos) por fonte de recurso.

Quadro 9 – Superávit apurado por Fonte de Recurso

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO APURADO POR FONTE DE RECURSO	VALOR EM R\$
0 Recursos Ordinários	112.337.848,60
1 Receitas e Transferências de Impostos - Educação	13.264,29
2 Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	976.672,37
3 Contribuição para Fundo Previdenciário do RPPS	470.727.556,20
5 Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	72.573.793,46
6 Recursos Diretamente Arrecadados pela Adm. Indireta e Fundos	45.561.663,15
7 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	24.252,19
8 Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.129.762,36
9 FIA Imposto de Renda	135.588,13
10 Convênio de Trânsito - Militar	82.091,12
11 Convênio de Trânsito - Civil	1.551.002,63
12 Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.766.414,46
18 Transferências do FUNDEB - Remuneração Professores	1.045.544,14
31 Transferências de Convênios - União/Assistência Social	181.776,37
33 Transferências de Convênios - União/Saúde	1.125.599,40
34 Transferências de Convênios - União/Outros	-413.001,58
35 Transferências do SUAS/União	551.385,48
36 Salário-Educação	438.812,03
37 Outras Transferências do FNDE	134.073,93
38 Transferências do SUS/União	8.868.373,51
39 Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	153.220,57
50 Cessão Onerosa - Lei nº 13.885/2019	2.326.270,23
63 Transferências de Convênios - Estado/ Saúde	0,43
64 Transferências de Convênios - Estado/Outros	83.264,18
65 Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	35.436,84
66 Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	250.632,17
67 Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	57.078,33
75 Taxa de Administração RPPS	2.478.486,99
80 Outras Especificações	2.330.335,80
83 Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-2.728.180,16
88 Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	24.097,12
89 Alienações de Bens destinados a Outros Programas	434.614,67
95 Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00
TOTAL	727.257.729,41

3.3.22 A situação financeira demonstrada no Quadro 9 representa o confronto dos recursos financeiros (ativo financeiro) e suas respectivas obrigações (passivo financeiro) por fonte de recurso. O resultado deficitário apresentado nas especificações 34 (Transferências de Convênios – União/Outros) e 83 (Operações de Crédito Internas – Outros Programas) referem-se a contratos de repasse e operações

de créditos já contratadas em virtude de os valores das despesas terem sido inscritos como restos a pagar não processado do exercício.

3.3.23 O quadro 10 e quadro 11 a seguir demonstram os valores a receber referente às especificações 34 (Transferências de Convênios – União/Outros) e 83 (Operações de Crédito Internas – Outros Programas) supracitadas com seus respectivos instrumentos jurídicos.

Quadro 10 – Saldo a receber de operações de crédito já contratadas

OPERAÇÕES DE CRÉDITO CONTRATADAS A RECEBER	VALOR (R\$)
CT 0242614-22	3.564.067,56
CT 0347114-03	22.684.268,17
CT 0293582-13	10.845.214,75
CT 3490001-82	1.897.028,00
CT 3391/OC-BR	3.844.735,00
CT 2050001-7	85.000.000,00
CT 529440-28	22.500.000,00
Total	150.335.313,48

Quadro 11 – Saldo a receber de contratos de repasse já firmados

CONTRATOS DE REPASSE	VALOR (R\$)
CTR 858473/2017	351.000,00
CTR 846947/2017	497.024,78
TOTAL	848.024,78

3.4 Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período foi apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas apresentando um resultado patrimonial positivo no montante de **R\$ 123.220.145,97** (cento e vinte e três milhões, duzentos e vinte mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos).

3.5 Demonstração do Fluxo de Caixa (Anexo 18)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, segregados nos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

3.5.1 O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no período foi positivo no montante de R\$ 192.170.074,56 (cento e noventa e dois milhões, cento e setenta mil, setenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos no período foi negativo no montante de R\$ 86.065.911,11 (oitenta e seis milhões, sessenta e cinco mil, novecentos e onze reais e onze centavos). O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento no período foi positivo no montante de R\$ 9.934.686,55 (nove milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos). Assim, a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do exercício foi positiva no montante de R\$ 116.038.850,00 (cento e dezesseis milhões, trinta e oito mil e oitocentos e cinquenta reais).

3.5.2 Houve um aumento da geração líquida de caixa e equivalente de caixa de 30,51% do resultado em comparação ao exercício anterior, ocorrido principalmente pelo aumento de 152,98% da capacidade de geração de caixa das atividades de financiamento.

3.6 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Anexo 19)

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

Durante o exercício, o patrimônio líquido alterou principalmente em razão do “Resultado do Exercício” apurado na “Demonstração das Variações Patrimoniais” no montante positivo de R\$ 123.220.145,97 (cento e vinte e três milhões, duzentos e vinte mil, cento e quarenta e cinco reais e noventa e sete centavos). Desta forma, o saldo final do Patrimônio Líquido é de R\$ 1.296.941.751,22 (um bilhão duzentos e noventa e seis

milhões novecentos e quarenta e um mil setecentos e cinquenta e um reais e vinte e dois centavos).

GUSTAVO MANOEL ESPÍNDOLA

Contador PMBC

CRC/SC 32.207/O-0